

CONTINUAÇÃO - PÁGINA 4 DE 4

R) Projeto de infraestrutura do Sistema de Abastecimento de Água: - Apresentar Declaração de Possibilidade de Abastecimento (DPA) obtida na concessionária competente; Se não houver viabilidade de uso do sistema público, sendo o caso de uso de recursos hídricos de domínio estadual, apresentar o comprovante do requerimento ou o documento de Outorga para o direito de uso de recursos hídricos ou declaração de uso insignificante emitidos pelo órgão competente e alternativa de projeto de tratamento adotado para garantia da potabilidade conforme Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde;

S) Projeto de infraestrutura do Sistema de Esgotamento Sanitário: - Apresentar Declaração de Possibilidade de Esgotamento Sanitário (DPE) obtida na companhia competente. Se não houver viabilidade de uso do sistema público: apresentar alternativa de projeto de tratamento adotado aprovado pela concessionária local de saneamento para garantia do atendimento pelo sistema as normativas de referência DZ 215-R4, NT 202-R10 e NOP-INEA-45;

Deverá contemplar: Planta geral do canteiro, com indicação da localização das instalações e sistemas de controle; Infraestrutura de saneamento básico: fonte de abastecimento de água, armazenamento de resíduos e tratamento e disposição final de esgoto sanitário; Memória de cálculo do sistema de tratamento de esgoto sanitário (inclusive das frentes de obra); e Áreas de manutenção, de armazenamento e abastecimento de máquinas/equipamentos, área de lavagem de veículos, britagem, áreas de armazenamento de produtos químicos, etc.;

V) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos contendo:

WV) Declaração, assinada pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico, sobre o armazenamento de produtos perigosos no empreendimento, informando, baseados na NOL - NORMA INSTITUCIONAL - INEA-07/2014 - IDENTIFICAÇÃO E GERENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE RISCO MENOR, se há em quantidade menor que a massa máxima estocada da relação de substâncias perigosas, ou se há em quantidade maior que a massa máxima estocada da relação de substâncias perigosas ou se não há armazenamento;

15. Será de responsabilidade do empreendedor qualquer dano ambiental não previsto no procedimento de licenciamento ambiental que ocorra em razão do empreendimento, estando sujeito às sanções previstas na Lei Federal 9.605/1998 de 12/02/1998, na Lei Estadual n° 3.467 de 14/09/2000 e na Lei Municipal 1.055 de 19/03/2010;

18. O volume de material recebido deverá ser oriundo de local devidamente licenciado;

A SEMMA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre, que julgar necessário.

-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-

O não cumprimento das condições constantes nesta licença e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Municipal nº 1.055, de 19.03.2010 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao cancelamento da mesma.